

Os retoques do “pacote”

por Celso Pinto
de Brasília

O pacote externo brasileiro já conta com os US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais governamentais, mas apenas o governo norte-americano, através do Eximbank, aceitou formalizar o compromisso. O US\$ 1 bilhão restante ficará apenas como uma disposição de vários governos, comunicada individualmente a William Dale, assistente do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière. A informação foi apurada por este jornal junto a uma fonte bem informada que também não acredita em imprevistos para o fechamento dos US\$ 6,5 bilhões junto aos bancos privados.

Apesar de os governos não terem assinado compromissos, o FMI considera o processo concluído. Foi nestes termos — e na qualidade de coordenador do pacote externo brasileiro — que o FMI comunicou formalmente a questão ao Departamento do Tesouro norte-americano. Este, por sua vez, já enviou uma carta ao Eximbank confirmado oficialmente a participação dos outros governos no pacote de créditos comerciais. A previsão é de que o crédito do Eximbank ao Brasil, no valor de US\$ 1,5 bilhão, e sob a forma de garantias, já esteja disponível nas próximas semanas.

Todo este processo de comunicações e garantias era imprescindível, por várias razões. Em primeiro lugar, é claro, porque o pacote de recursos ao Brasil,

pelo que ficou acertado desde o início, tinha de ser integralmente coberto ou não existiria. Neste sentido, era tão importante assegurar os US\$ 6,5 bilhões em novos recursos dos bancos privados quanto os US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais dos governos.

Além disso, o próprio crédito oferecido e formalizado desde o início — o US\$ 1,5 bilhão do Eximbank norte-americano — também sempre esteve condicionado à complementação do pacote de US\$ 2,5 bilhões. Foi esta a condição comunicada pelo Eximbank ao Congresso norte-americano, ao justificar a abertura da linha adicional de crédito ao Brasil. Como se recorda, a atitude do Eximbank, na época, gerou controvérsias entre os congressistas norte-americanos.

A fonte não detalhou quais os países que comunicaram ao Fundo sua disposição de manter linhas de crédito comercial para o Brasil neste ano. Confirmou, de toda forma, que os principais são os países já mencionados, como Canadá, Japão, Alemanha e França. A Grã-Bretanha, que desde o início se recusou a assinar qualquer compromisso de concessão de créditos comerciais ao Brasil, também estaria incluída nesta linha “informal” de adesões.

A recusa em formalizar os créditos é explicável por várias razões. A essência da resistência é política: os países engajados neste programa são os mesmos que haviam concordado — e assinado — em

(Continua na página 12)

Governo norte-americano pode cobrir o que está faltando no "jumbo"

por Reginaldo Heller
do Rio

O governo norte-americano poderá participar do empréstimo "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões, com uma "tranche" equivalente ao resíduo de US\$ 100 milhões aproximadamente, ainda não integralizado por cerca de 30% dos bancos consultados, e que vêm opondo acentuada resistência.

Essa "tranche", contudo, teria um prazo menor, possivelmente de um ano, no máximo, equivalente na prática a um empréstimo-ponte, semelhante ao concedido pelo Tesouro norte-americano no final de 1982. Essa hipótese, tida como remota há algumas semanas, devido às fortes resistências do Congresso dos Estados Unidos e à sua excepcionalidade em relação aos demais devedores do Terceiro Mundo, vem assumindo conotações cada vez mais verossímeis, nos últimos dias, segundo análise de representantes de bancos americanos participantes do comitê de assessoramento da dívida externa brasileira e até de algumas fontes qualificadas com acesso à elite do mercado financeiro internacional.

A presença do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Beryl Sprinkel, no Brasil desde ontem, culmina um minucioso trabalho executado pelo governo norte-americano, através do Tesouro e do Federal Reserve, de avaliação em profundidade da situação econômica e financeira do País e das soluções possíveis para a atual crise. Esse trabalho adquiriu contornos mais nítidos após o relatório elaborado por Bruce Juba, do setor de nações em desenvolvimento do Departamento do Tesouro, e Thomaz Claessner, da Divisão de Finanças Internacionais do Fed, que estiveram no Brasil na primeira semana de dezembro.

Então, ambos foram ciceroneados por John Abbott, da Embaixada norte-americana, e atendiam a uma determinação de George Shultz, secretário de Estado, que, preocupado com a situação brasileira, encorajaram um estudo com alternativas.

Segundo informou um representante do banco estrangeiro, o governo americano já se preparava, em dezembro, para a eventualidade de dificuldades para um acerto com a comunidade financeira privada. Algumas fontes afirmam que as autoridades norte-americanas já desconfiam da resistência de alguns bancos.

PRECEDENTE

Segundo informou, também, uma alta fonte ligada a comunidade financeira, se os grandes bancos cobrirem a parte dos resistentes, certamente estarão criando um precedente grave, pois a prática da equidade estaria sendo rompida e outros bancos poderiam não manter sua participação. Uma fonte de banco do comitê assegurou a este jornal que os grandes já manifestaram sua intenção de não aportar recursos adicionais à sua conta.

O impasse, portanto, sómente seria resolvido mediante a participação do governo americano, razão apontada para as declarações do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore para, também, condicionar ao empréstimo a sua integralização total. O raciocínio, contudo, es-



Beryl Sprinkel

Sprinkel encontra Delfim

O subsecretário do Tesouro norte-americano, Beryl Sprinkel, encontrou-se ontem com várias autoridades do setor econômico brasileiro, em Brasília, durante jantar na casa do novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Diego Asencio. O porta-voz da Embaixada, Donald Hanger, informou que a visita do subsecretário do Tesouro é de "rotina", e que ele viaja hoje para o Rio de Janeiro.

Participaram do jantar de Sprinkel o ministro do Planejamento, Delfim Netto; o ministro da Fazenda, Ernane Galvões; o chefe da Assessoria Internacional da Sepplan, José Botafogo Gonçalves; e o diretor da Área Externa do BC, José Carlos Madeira Serrano.

barraria na resistência política a qualquer operação de socorro pelo governo americano. Nesse sentido, o apoio das empresas americanas, sediadas no País, seria determinante para convencer os congressistas dos Estados Unidos da importância da ajuda. Tal ajuda, contudo, poderá não ser concretizada diretamente pelo Tesouro, mas, eventualmente, por outra agência governamental, ou pelo próprio Federal Reserve. Pois, uma alternativa vem sendo descartada peremptoriamente: a iliquidize brasileira. De qualquer forma, esse é na verdade o tema principal dos encontros de Beryl Sprinkel, com as autoridades brasileiras, empresários americanos e brasileiros, em sua atual visita.

Nova missão do FMI em fevereiro

O secretário geral da Sepplan, José Flávio Pécora, informou ontem que nova missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) virá ao Brasil em meados de fevereiro, embora a viagem só estivesse prevista para os últimos dias do mês. Pécora disse que estava satisfeito com o cumprimento das metas de expansão monetária programadas para o ano passado, que foram estabelecidas em comum acordo com o FMI.

Pécora, afirmou ainda que acredita que o Brasil também cumprirá as metas previstas para o primeiro trimestre deste ano, que, em termos de expansão monetária, devem sofrer queda de 3,8% nos meios de pagamento e crescimento de 2% na base monetária. Ele atribuiu o desvio das metas de expansão da moeda em 1983 à concentração de pagamentos de impostos no fim de ano e à atuação do BC no mercado de títulos.

O impasse, portanto, sómente seria resolvido mediante a participação do governo americano, razão apontada para as declarações do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore para, também, condicionar ao empréstimo a sua integralização total. O raciocínio, contudo, es-

Credores aderem com imposições técnicas para diminuir o risco

por Sônia Jourdani
de São Paulo

"As liras nós temos, mas os dólares nós precisamos procurar." Esta frase, pronunciada ontem por alta fonte de uma instituição bancária italiana no Brasil, resumiu perfeitamente o espírito de várias declarações ouvidas ontem por este jornal — de instituições espanholas e japonesas —, a respeito das dificuldades acumuladas na fase de fechamento do empréstimo "jumbo" que o País solicitou à comunidade credora internacional.

Ainda às voltas com problemas de adesões formais não contabilizadas pelo comitê assessor da dívida em Nova York, o Banco Central tenta contornar questões técnicas que poderão surgir na efetivação dos desembolsos. E que, desde que as promessas de crédito começaram a ser feitas, foram alinhavadas várias condicionantes, com destaque, entre elas, à que pode fazer do "jumbo" uma cesta de moedas e não uma soma fechada de US\$ 6,5 bilhões.

Os bancos italianos, por exemplo, atendendo a decisão da Associação Bancária Italiana, já formalizaram o pedido ao comitê as-

sessor e ao BC de que sua parte seja aceita em liras. Os contatos continuam cruzando o Atlântico, revelou o representante de uma instituição italiana, acrescentando que os banqueiros ainda esperam, com estas ligações para Nova York e Brasília, convencer o comitê assessor e o Banco Central do Brasil a concordarem com o desembolso em moeda italiana. "O BC reluta em aceitar", observou a fonte, e informou que as negociações mantidas nos primeiros dias da semana deverão prosseguir hoje.

Isso envolve cerca de US\$ 80 milhões, ou 130 bilhões de liras, e, do ponto de vista dos bancos italianos, o problema é sério e não há muita escolha para o Banco Central. "O compromisso foi feito com a ressalva de que cumprirmos a nossa parte com o equivalente em liras", repetiu outro representante italiano, para quem a questão deve ser vista dos dois lados: é natural que o tomador queira dólares, mas também são evidentes as dificuldades dos credores, que precisam diminuir o risco cambial. "Os Regionais dos Estados Unidos retiram, mas têm dólares em caixa, e com exceção dos árabes, que possuem seus petrodólares, todos os ou-

tros estão enfrentando o problema de contar com depósitos em moeda americana, apenas em linhas de curto prazo, enquanto o Brasil pede um empréstimo de longo prazo."

As explicações dadas pelos bancos japoneses e espanhóis são basicamente as mesmas, às quais as fontes consultadas ontem por este jornal somam algumas dificuldades extras.

Os grandes bancos, que respondem pela maior parte da cota japonesa no "jumbo", já aderiram, e faltam apenas algumas instituições menores.

Entre os que responderam e os que ainda não se pronunciaram, existe um grupo que também condiciona sua participação à possibilidade do desembolso em ienes.

O representante de uma instituição que faz parte desse grupo revelou

que formalizou sua adesão dia 16 de novembro passado, sem receber até agora nenhuma observação do comitê assessor quanto à ressalva de que sua parcela no empréstimo teria de ser convertida, obrigatoriamente, em ienes.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em aderir formalmente ao "jumbo" e a necessidade de atender às determinações da Associação Espanhola de Bancos, que ainda discute alguns aspectos técnicos relativos ao empréstimo.

Hoje, às 5 horas (horário de Madri), a instituição reúne os banqueiros envolvidos no processo de renegociação da dívida brasileira e poderá decidir, entre outras coisas, se abre mão da exigência de que os desembolsos de responsabilidade da comunidade credora espanhola sejam feitos através de uma "escrow account", ou seja, uma conta que bloqueia os recursos, vinculando-os à remessa, em regime prioritário, dos pagamentos de juros em atraso que o Brasil acumulou para com os bancos da Espanha.

Os bancos japoneses que estão nessa situação destacam um segundo elemento complicador: o Ministério das Finanças do Japão impõe um limite anual de ex-

pansão para os empréstimos em ienes que ainda está em estudo. Mas mesmo que as instituições conhecem seu limite não podem pedir licença especial do Ministério para a exclusão dos créditos ao Brasil porque a taxa de câmbio a ser praticada na conversão da moeda japonesa pelo equivalente em dólares ainda não está estabelecida.

Quanto aos bancos espanhóis, estão entre o papel de "vilões" que lhes empresta a resistência em ad